

O Quarto Movimento de Libertação Nacional? O MFA e o terceiro-mundismo na revolução portuguesa de 1974–1975

RITA LUCAS NARRA

Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH)

IN2PAST (Portugal)

<https://orcid.org/0000-0002-2496-3181>

Recibido: 24 feb. 2023 | Aceito: 21 juny 2023 | Publicação: 15 des. 2023

Citação recomendada: Lucas Narra, Rita. 2023. «O Quarto Movimento de Libertação Nacional? O MFA e o Terceiro-Mundismo na Revolução Portuguesa de 1974–1975». *Dictatorships & Democracies. Journal of History and Culture* 11: 37–64. doi: <https://doi.org/10.7238/dd.voi11.421892>.

Resumo: No inesperado ciclo revolucionário que se abre com a queda do Estado Novo em Portugal a 25 de Abril de 1974, o movimento de patentes intermédias (MFA) que tinha realizado o golpe torna-se no protagonista político para que todos olham. Munido apenas de um programa político vago, os militares do MFA vão lançar-se na busca por referências que possam inspirar o processo revolucionário português e a constituição das *novas* Forças Armadas. É neste sentido que, com matizes e variações substanciais, o MFA se volta para o que entende ser o Terceiro Mundo —grande espaço geopolítico que em tempos recentes tinha servido de palco às experiências revolucionárias mais criativas e ousadas. Se a aproximação de Portugal ao Terceiro Mundo surge num primeiro momento como um enunciado de política externa, a breve trecho ela entra em diálogo íntimo com o rumo que o processo revolucionário português irá tomar e torna-se esteira de questionamento dos valores nucleares da identidade nacional: será Portugal um país do Terceiro Mundo? Mobilizando diferentes arquivos, este ensaio mapeia a trajectória de aproximação dos militares do MFA ao Terceiro Mundo, demonstrando como ela foi —na sua pluralidade— determinante na construção do MFA como actor político durante o PREC; e procura desta forma compreender como o último império colonial em África se viu, de forma abrupta, entre a Europa e o Terceiro Mundo.

Palavras-chave: Revolução portuguesa; terceiro-mundismo; anti-colonialismo; história das ideias

The Fourth Movement of National Liberation? The MFA and Third-Worldism in the Portuguese Revolution of 1974–1975

Abstract: In the unexpected revolutionary cycle that started with the fall of Estado Novo in Portugal on 25 April 1974, the middle-ranking movement (MFA) that had carried out the coup became the political protagonist at which everyone was looking. The MFA soldiers, only wielding a vague political programme, set out in search of references that

could inspire the Portuguese revolutionary process and the constitution of the *new* Armed Forces. It was in this sense that, with substantial nuances and variations, the MFA turned its attention to what it regarded as the Third World —a large geopolitical space that in recent times had served as a stage for the most creative and daring revolutionary experiments. If Portugal’s approach to the Third World appears at first to be a foreign policy statement, it soon enters into an intimate dialogue with the direction that the Portuguese revolutionary process will take and becomes a questioning of the core values of national identity: is Portugal a third-world country? Using different archives, this essay maps the trajectory of the MFA’s military rapprochement with the Third World, showing how it was —in its plurality— decisive in the construction of the MFA as a political actor during PREC; and thus seeks to understand how the last colonial empire in Africa abruptly found itself between Europe and the Third World.

Key-words: Portuguese revolution; third worldism; anti-colonialism; history of ideas

Introdução. As Forças Armadas portuguesas, a guerra colonial e a criação do MFA

No início da década de 1970, as forças armadas portuguesas encontravam-se num crescendo de descontentamento. Braço armado em África do último império colonial europeu, os militares portugueses travavam desde 1961 uma guerra em três frentes —começara em Angola em 1961 e alastrara depois para a Guiné (futura Bissau) em 1963 e para Moçambique, em 1964— cuja solução era cada vez mais entendida como do foro político, não militar. Na Guiné, onde a situação era particularmente crítica, a guerra chegou a dar-se como praticamente perdida em 1967 (Woollacott 1983, 1331).

O descontentamento com a guerra espalhava-se muito para lá das hostes militares, encontrando-se então instalado obliquamente na sociedade portuguesa. O Estado Novo, regime de inspiração fascista que governava Portugal desde os anos de 1930, teimava numa guerra que sugava fatias cada vez maiores da população portuguesa e do PIB —«empregando em África um esforço humano cinco vezes maior, em termos comparativos, que ao que fora mobilizado pelos Estados Unidos da América no Vietname» e ultrapassado os 40 % do PIB no final da década de 1960 (Cardina & Martins 2018, 11). As oposições antifascistas portuguesas priorizavam cada vez mais o tema da guerra colonial (Bebiano 2002), organizando algumas acções de grande impacto e visibilidade —dos ataques das Brigadas Revo-

lucionárias e da ARA ao complexo militar (Ferreira 2015) à célebre vigília do Rato, organizada pelos católicos progressistas a 30 de Dezembro de 1972, contra a repressão e a guerra colonial (Araújo 2011).

Em 1968, Marcello Caetano assumira de Salazar a Presidência do Conselho, dando início a uma tímida e muito controlada liberalização de alguns sectores do regime. A experiência teve, contudo, de ser abruptamente interrompida, sob pena de o Estado Novo perder o controlo da situação, o que expôs as fracturas de um regime desgastado. A esta configuração juntava-se ainda os efeitos da crise económica internacional, epílogo dos Trinta Anos Gloriosos que em Portugal se repercutirá numa inflação galopante, e do grande isolamento internacional português, ostracizado por uma parte substancial da comunidade internacional pela insistência na guerra colonial.

No quadro de uma atmosfera política cada vez mais propícia, o catalisador do primeiro esboço do movimento de oficiais seria de ordem corporativa, em 1973. De forma a combater a escassez de operacionais para a guerra em África, o governo de Marcello Caetano aprova dois decretos que facilitam a integração de oficiais milicianos no Quadro Permanente, o que gera uma grande contestação junto dos oficiais de carreira.¹ Será em torno desta contestação que se agregará o MOFA (Movimento de Oficiais das Forças Armadas), que mais tarde se passará a designar por Movimento das Forças Armadas (MFA). Todavia, se o rastilho corporativo dava o mote, há um conjunto substancial de evidências que apontam para as aspirações políticas de vários oficiais do núcleo directivo do movimento (Bandeira 1976, 43). Com efeito, seria a um desses oficiais, capitão Ernesto Melo Antunes, que seria confiada a coordenação do programa político para o movimento, cerca de dois meses antes do golpe do 25 de Abril.

Após uma primeira tentativa falhada de insurreição militar feita à revelia da direcção do movimento,² o MFA logra o derrube do regime a 25 de Abril de 1974. A participação popular que se gerou no imediato, desrespeitando os apelos dos militares para permanecer em casa, transformou o golpe militar em processo de revolução —premissa unânime junto

1 Decretos-lei n.º 353/73, de 13 de Julho de 1973, e n.º 409/73, de 20 de Agosto de 1973.

2 Golpe das Caldas, a 16 de Março de 1974.

dos testemunhos da época e da historiografia (Rezola 2007, 19). É então apresentada ao país uma Junta de Salvação Nacional, e o general António de Spínola, na qualidade de membro da Junta e de novo presidente da República portuguesa, lê o primeiro comunicado do MFA ao país. O programa promete soluções a curto prazo para a guerra colonial, a democratização do regime e a melhoria substancial das condições de vida da população portuguesa.

A adesão popular, todavia, rapidamente ganharia outros matizes. A partir de Maio de 1974 e durante todo o verão desse ano, uma «avalanche de greves, ocupações, manifestações, saneamento» (Rosas 2023, 12) vai cimentar a percepção de que com efeito se abria um ciclo revolucionário a 25 de Abril de 1974, de duração e características imprevisíveis. Desenlace inesperado para todos, da população portuguesa à comunidade internacional, o Processo Revolucionário em Curso (PREC) iria durar cerca de dezanove meses, assinalando-se comumente o seu fim a 25 de Novembro de 1975. Como os seus pontos de referência cronológicos, a historiografia usa por norma as tentativas de inversão do processo revolucionário (designadas à época como “golpes contra-revolucionários” ou “reaccionários”), cujo fracasso abre a porta a novos ciclos de radicalização política no interior dos processos (o 28 de Setembro de 1974 e o 11 de Março de 1975). A última destas tentativas, ao ser bem-sucedida, serve de epílogo ao PREC (25 de Novembro de 1975). Um outro conjunto de marcadores, complementares, consiste na sucessão de governos provisórios, seis ao todo entre Abril de 1974 e Novembro de 1975.

Ao longo deste período, o MFA tem a necessidade de se construir como actor político e vai acompanhar a trajectória de radicalização do processo revolucionário português. Se começa reclamando para os militares progressistas a qualidade de guardiões da democracia ainda gestante; as estruturas do MFA colocar-se-ão depois como motor do processo revolucionário. É nesta viragem, que grosso modo corresponde também à viragem de 1974 para 1975, que o MFA se volta para o Terceiro Mundo. Ao contrário de outros protagonistas políticos do processo, nomeadamente partidos políticos como o Partido Comunista Português (PCP) ou o Partido Socialista (PS), o MFA não possuía um universo político claramente definido ou uma família ideológica a que pudesse reclamar presença —

não tendo por isso a solidariedade de homólogos internacionais, ou um conjunto de referências, imagens e directivas para orientar a sua praxis política. Na sua vastidão e densidade, o Terceiro Mundo surgirá então aos militares como a solução para todas essas lacunas.

Terceiro Mundo

Em meados dos anos setenta, o Terceiro Mundo congregava um conjunto lato de significados vagos. Enquanto categoria espacial inscrevera-se já no imaginário político da segunda metade do século vinte como um de seus protagonistas; como projecto político global, conservava ainda algum do vigor político e ideológico que electrizara a década anterior. Nos Longos Anos Sessenta, o Terceiro Mundo tornara-se no referente maior que congregava os diferentes fluxos de solidariedade, gerados em torno e pela acção dos movimentos de libertação nacional africanos, asiáticos e (mais tarde) latino-americanos: anti-colonialismo, não-alinhamento, solidariedade afro-asiática, pan-africanismo, pan-arabismo, solidariedade tricontinental. Desta forma, o conceito de “Terceiro Mundo” remetia a um tempo para o conjunto de países que emergia dos processos de descolonização e para o conjunto de alianças políticas transnacionais que os seus movimentos de libertação celebravam; para uma condição partilhada (em matéria de localização geográfica, passado colonial, características de desenvolvimento); mas também para uma vontade comum, que remetia para a refundação das relações Norte–Sul. Por via de incontáveis encontros internacionais e da criação de diferentes organizações — Conferência de Bandung em 1955, Movimento dos Não-Alinhados em 1961, Conferência Tricontinental e criação da OSPAAAL (Organização de Solidariedade com os Povos de África, Ásia e América Latina) em 1966, bloco de pressão anti-colonial G-77 nas Nações Unidas, entre muitas outras—, o Terceiro Mundo logrou influenciar a agenda mundial, então dominada pelo conflito entre as duas superpotências da Guerra Fria. Uma guerra fria a Norte, mas «quente» no Sul (Westad 2011), dado que os espaços que se vão libertando do jugo colonial clássico são entendidos como zonas de influência em disputa por EUA e URSS, não raras vezes imiscuindo-se nos seus assuntos.

“Terceiro Mundo” era assim uma noção dotada de uma grande plasticidade, cujo grande poder de enunciação parecia advir justamente dessa capacidade de abrangência inesgotável, continuamente em expansão. O reverso desta qualidade era o seu carácter vago, de contornos pouco definidos, de forma a abarcar um conjunto de fenómenos e circunstâncias tão díspares, em matéria geográfica, económica, política, cultural, linguística ou religiosa. Consequentemente, até aos dias de hoje nenhuma definição-base de Terceiro Mundo foi fixada para o caracterizar (Tomlinson 2003; Randall 2004; Kalter 2017).

Na esfera ocidental, o Terceiro Mundo chegava —sobretudo à juventude refractária e à Nova Esquerda que tinha rompido com os partidos comunistas dos seus países— como o lugar onde uma sucessão avassaladora de experiências *originais* de libertação nacional acontecia desde o final dos anos de 1940. O romantismo revolucionário que muitos consideravam soterrado pela aura burocrática da União Soviética parecia ser restaurado pelos revolucionários do Terceiro Mundo, que através e nas lutas anticoloniais reinventam o conceito de “libertação” e da praxis para a alcançar. Dessa forma, o imaginário terceiro-mundista protagoniza muitos dos protestos dos Longos Anos Sessenta, com a elevação a ícones populares de Che Guevara ou da resistência vietnamita.

A década de 1970 é já considerada de declínio para o terceiro-mundismo (Tomlinson 2003), acumulando-se por essa altura uma série de revezes fatais em muitos dos processos revolucionários que tinha protagonizado a agenda terceiro-mundista, não raras vezes propiciados por ingerências externas no contexto da Guerra Fria —golpes de estado, instabilidade política, assassinatos de líderes e traições, fracassos de modelos económicos ensaiados. Acrescenta-se a isto que a argamassa principal deste vasto bloco —construído em torno da unidade anti-colonial— estava de certa forma superada, com a dissolução dos maiores impérios globais (império inglês e império francês). O império colonial português era, com efeito, um dos últimos pontos de convergência deste bloco (Gruffydd Jones 2020), que começava a apresentar diferenças cada vez mais inconciliáveis, sobretudo do ponto de vista político. Não obstante, o Terceiro Mundo conservava ainda algum vigor político, junto de organismos internacionais, como a UNESCO, e nos seus fóruns próprios, como o NAM (Movimento dos Não-

-Alinhados) ou a OSPAAAL. Nos anos setenta o foco do Terceiro Mundo estava nos debates em torno da Nova Ordem Económica Internacional, que nascera dos debates anticoloniais sobre a problemática da independência política e económica, e da Nova Ordem de Informação Internacional, tentando democratizar a narrativa sobre os eventos do mundo.

Será por isso um conceito em declínio do Sul Global que, de forma surpreendente, irá animar o único processo revolucionário que a Europa ocidental conheceu na segunda metade do século vinte, emprestando-lhe os seus tropos principais, como veremos: independência nacional, via original para o socialismo, não alinhamento diplomático e libertação nacional. Em larga medida isto acontece, é argumento deste ensaio, pelo protagonismo político que o MFA grajeia no processo revolucionário, na medida em que será ele o grande propulsor da aproximação ao Terceiro Mundo nas esferas político-institucionais do processo. E mesmo quando a partir de Março de 1975 começam a surgir brechas substanciais na unidade do MFA, que a curto prazo se revelariam fatais, o terceiro-mundismo dos militares —ainda que com muitas nuances e variações em radicalidade— continuará a ser uma das plataformas em que todos se encontram, inclusive sobrevivendo ao processo revolucionário.

Os primeiros meses do processo revolucionário

A primeira fase do processo revolucionário —de Maio a Setembro de 1974, considerando o 28 de Setembro como ponto de viragem— caracteriza-se por vagas de greves, manifestações, e as primeiras ocupações de casas. É este movimento popular que vai consolidar a percepção de que o novo ciclo político iniciado a 25 de Abril se prolongará, levando-o para um terreno desconhecido. Neste período as referências explícitas ao Terceiro Mundo na paisagem política são escassas, por norma remetendo para a relevância do seu papel de mediador nas negociações para a descolonização que então se iniciavam. Todavia, há dois contextos terceiro-mundistas que deixam uma marca indelével nestes primeiros meses do processo revolucionário, e que ajudam a enquadrar o que se segue: as negociações com os movimentos de libertação nacional africanos, que desfrutaram então de uma projecção e popularidade inauditas na antiga metrópole; e o

paralelo imediato estabelecido entre a revolução portuguesa e a história recente do Chile, na paisagem política da época.

Dos vários dossiers com carácter de urgência que as novas autoridades portuguesas recebem, a descolonização impõe-se como a questão mais premente. Por um lado, a guerra colonial era entendida como o grande catalisador da adesão militar e popular ao golpe do 25 de Abril, exigindo-se por isso respostas a curto prazo; por outro, a descolonização era entendida como «o cartão de crédito para Portugal reassumir a [sua] posição de país interveniente na discussão das grandes discussões mundiais»,³ de forma a cessar o isolamento internacional a que o Estado Novo tinha vetado o país. Com efeito, no rescaldo do golpe o mundo aguarda em suspenso a clarificação da política do novo regime relativamente às colónias, fazendo com que «em termos internacionais ninguém se questione sobre a natureza militar ou não do regime enquanto as colónias não acederem à independência» (Ferreira 2004, 145). A expectativa geral era de que um processo de descolonização conduzido de forma célere, eficiente e em bons termos auxiliasse a normalização das relações internacionais de Portugal e fosse o primeiro passo para a democratização do país, a nível interno.

Não obstante, havia visões divergentes no interior do MFA sobre o modelo da descolonização. O agora presidente da República, António de Spínola, era hostil à concessão da independência das colónias, privilegiando o modelo federativo com maior autonomia para os territórios ultramarinos. Antigo voluntário da Falange Espanhola e germanófilo que em 1941 está no cerco a Leninegrado como observador da Wehrmacht, Spínola não era um revolucionário e queria a todo o custo evitar que o poder caísse na rua e que Portugal —isto é, a ideia que fazia dele— se desintegrasse. Com efeito, o comunicado que Spínola lê ao país no dia 26 de Abril de 1974 é uma versão sua, corrigida na última hora para rasurar referências explícitas à independência das colónias (Rezola 2007, 50). Este gesto prenuncia um conflito entre a Comissão Coordenadora do Programa e Spínola, que durará todo o verão de 1974, num período em que as negociações da independência com os diferentes movimentos de libertação africanos

3 António de Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial do I Governo Provisório; citado na página 22 da edição de *Diário de Lisboa* de 3 de Junho de 1974.

dominam a ordem do dia em Portugal, fazendo muitas das capas da imprensa diária de Junho a Setembro de 1974. Acresce a isto que os partidos africanos disfrutavam então de uma visibilidade sem precedentes na antiga metrópole, tornando-se frequentes as manifestações de apoio aos movimentos de libertação africanos, e que nas páginas dos jornais portugueses as coordenadas do discurso anticolonial africano sobre o império português tenha sido adoptado quase sem alterações. Denuncia-se aí o colonialismo português e celebram-se os autores, artistas e guerrilheiros africanos envolvidos nas lutas de libertação nacional.

A problemática da descolonização será a primeira grande esteira de radicalização no PREC para os militares do MFA, que polarizam à esquerda em oposição aos sectores moderados e conservadores que Spínola representa. É no agudizar das divergências entre CCP e Spínola que Medeiros Ferreira localiza «o acto de nascimento do MFA como agente político determinante no processo revolucionário» (Ferreira 1983, 74), em Junho de 1974. Ao longo do verão, o braço-de-ferro entre a ala spinolista e o MFA irá mesmo levar à queda do primeiro governo provisório (liderado por Palma Carlos, homem de confiança de Spínola, que cai em Julho de 1974) e ao afastamento de Spínola da presidência da República e do processo revolucionário, na sequência do 28 de Setembro (Maxwell 1995, 78).⁴

O Chile representa o outro vector terceiro-mundista que deixou uma marca indelével no processo revolucionário português desde a sua concepção. Escassos meses antes, a 11 de Setembro de 1973, o governo socialista eleito da Unidade Popular fora deposto por um golpe militar de extrema-direita e o seu presidente, Salvador Allende, morto no assalto dos militares ao palácio presidencial de La Moneda. A proximidade temporal entre os dois golpes militares e o seu contraste ideológico levou a que em

4 Spínola convoca para 28 de Setembro de 1974 a manifestação da «maioria silenciosa», identificando desta forma uma pretensa maioria da população portuguesa em desacordo com o rumo de radicalização que o processo português então toma —e apelando ao seu apoio para inverter politicamente o processo. Os diferentes grupos de esquerda contra-denominam o evento como manifestação da «minoría tenebrosa», unindo-se para boicotar o que identificam como golpe reaccionário —inclusive bloqueando a Ponte Salazar sobre o Tejo. Em consequência, a tentativa dos apoiantes de Spínola de marchar sobre Lisboa sai gorada. No rescaldo do episódio, Spínola é afastado da Presidência da República, abre-se um novo ciclo de maior radicalização política no processo português e a ponte muda de nome para a denominação que mantém até hoje — Ponte 25 de Abril.

Portugal se estabelecesse um paralelismo entre os dois contextos, que gerou um grande impacto político e mesmo psicológico (Correia 2006). O destino do Chile assombrou o PREC em toda a sua extensão, entrelaçado com o receio permanente das manobras contra-revolucionárias, como aviso ilustrado do que poderia acontecer ao processo português; e ao longo de 1974 e 1975 há um fluxo permanente de exilados chilenos a passar por Portugal e a partilharem o seu testemunho sobre os acontecimentos chilenos, cotejando-os com o que vêm acontecer em Portugal. Em resultado, «Portugal não será o Chile da Europa» tornou-se um dos grandes slogans da revolução portuguesa, desdobrando numa grande amplitude de manifestações: gritado em protestos e pichado nas paredes, encontra-se hoje eternizado em muitos documentos políticos e culturais da época, dos livros da Maria Judite de Carvalho às canções do duo musical Ouro Negro.

Destacar estes dois eixos da paisagem política do PREC numa primeira fase é importante, na medida em que enquadram a descoberta do Terceiro Mundo que se verifica na segunda fase do processo, a partir de Outubro de 1974. Como “descoberta do Terceiro Mundo” refiro-me ao interesse suscitado pelos modelos de revolução terceiro-mundistas em Portugal. Um interesse fragmentado e cacofónico, oblíquo a diferentes grupos na revolução portuguesa e espalhado em múltiplas direcções entre a América Latina e África, mas que a breve trecho se fundem na opção terceiro-mundista de Portugal, sustentando-a. Não obstante a Europa configurar historicamente o paradigma geográfico e civilizacional de Portugal, o Terceiro Mundo surgirá em 1974–1975 como alternativa a esse destino, e será este enunciado terceiro-mundista — e não a alternativa soviética — que configurará o grande antagonista da opção atlântica, alarmando os parceiros da NATO e em particular os EUA.

Propulsionada por um conjunto de actores individuais e colectivos, desenvolve-se no PREC uma reflexão que coteja Portugal com o Terceiro Mundo, que vai esbatendo e contornando as diferenças substanciais que separam as duas configurações (em matéria histórica, política ou cultural) e amplificando as semelhanças que então se identificam entre elas. Portugal é assim progressivamente colocado no campo de gravitação terceiro-mundista, exercício em que os militares do MFA, pelo protagonismo que assumem no processo, vão ser determinantes.

Um boletim no processo revolucionário: a formação teórica do MFA e as outras vias originais

No início de Setembro de 1974, a 5^a Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) começa a publicar um boletim que ficaria popularmente conhecido como *Boletim do MFA*,⁵ não obstante o seu nome oficial ser *Movimento*. Dedicado à formação político-teórica dos militares, o *Boletim* é em si uma evidência histórica dos tempos singulares que se vivem em Portugal, se observamos o princípio de exclusão da política que por norma orienta a actuação das Forças Armadas. Não só um boletim deste tipo se tornou uma necessidade no quadro do PREC, como se tornou cerca de quatro meses após o 25 de Abril, fixando assim a trajetória de crescente radicalização do processo revolucionário —que ainda não está, todavia, no seu auge. No editorial do primeiro número do *Boletim* (de 9 de Setembro de 1974), algum jargão revolucionário convive ainda com referências ao «processo de democratização da vida nacional em curso» —, mas já com a certeza de que a «unidade das forças armadas e do povo português [é a] chave da democracia»:

Numa altura em que o mundo observa, com interesse e admiração, a evolução desta opção patriótica das FA portuguesas, cumpre-nos não desiludir a expectativa do nosso povo e impulsionar o projecto exaltante da construção de uma nova Pátria. («Editorial», *Movimento*, n.º 1, 9 Set. 1974)

Duas grandes problemáticas orientam então a reflexão do MFA: por um lado, substanciar com maior clareza e precisão o papel das Forças Arma-

5 Começa a publicar-se a 9 de Setembro de 1974, distribuído com o jornal nacional *O Século* e tendo como público-alvo as Forças Armadas. Conhece uma grande difusão —chega aos 120 000 exemplares de tiragem — que é ainda amplificada pela articulação com os programas de rádio e de televisão do MFA, espalhando o alcance do *Boletim* muito para lá dos sectores militares. Quinzenal, contará com 25 números, edições rudimentares de cerca de 8 páginas cuja fonte pequena e texto denso, com poucas imagens, permitem uma grande concentração de informação. Sem textos assinados, o *Boletim* pretende inicialmente ser o veículo da pluralidade política do MFA; na fragmentação crescente do MFA a partir de Março–Abril de 1975, a 5^a Divisão e o *Boletim* associar-se-ão, contudo, à ala mais radical do processo revolucionário, o que se reflecte no tom e estilo do *Boletim*, que muda de forma abrupta a partir de Abril de 1975. Está em funcionamento até as instalações da 5^a Divisão serem assaltadas e encerradas pelo COPCON, no pico do Verão Quente, a 27 de Agosto de 1975.

das no processo revolucionário vis-à-vis o Estado, os partidos políticos e a população portuguesa; e por outro, construir um projecto político plural para o país, entrevendo-se já «a possibilidade de uma criação original» (p. 3). Nesse sentido, o *Boletim* declara no seu primeiro número estar empenhado em «[d]ifundir no seio das forças armadas [um] correcto conceito de isenção política» (p. 1), mas demarca-se categoricamente de uma noção de apoliticismo entendida como perniciosa, por possibilitar a instrumentalização das Forças Armadas por regimes autoritários (artigo de página inteira «Que Tipo de Novas Forças Armadas?», p. 3). Nas páginas do *Boletim*, ambas as questões —que Forças Armadas, que futuro nacional— se irão entrelaçar com frequência, até porque são entendidas como mutuamente inclusivas: a democratização da sociedade portuguesa exige a democratização das Forças Armadas, e vice-versa.

Logo no segundo número do *Boletim* —publicado a 3 de Outubro de 1974, no rescaldo do 28 de Setembro— surgem dois artigos sobre o Chile e o Perú (pp. 3–4). A nota introdutória dos artigos qualifica-os como de interesse «*especialmente* para os militares», prometendo «análises sectoriais circunstanciadas sobre estes países em números futuros». Emparelhados, o intuito é comparar duas revoluções militares que, todavia, divergem nos epítetos —“trágica”, no caso do Chile, e “original”, no caso do Perú— e dar a conhecer aos militares a história recente dos dois países e as características das Forças Armadas de cada um.

No caso chileno, faz-se uma genealogia das Forças Armadas chilenas em matéria de influências militares, onde é sublinhada a substituição da influência alemã (meados do século vinte) pela influência americana —do fardamento inspirado na Wehrmacht, marcha em pato de ganso e retrato de Hitler nos gabinetes dos generais chilenos, para as formações em técnicas anti-subversivas em Fort Knox. Continua-se depois com a história da formação da Unidade Popular e do seu programa «socializante», focando a oposição das Forças Armadas chilenas e a ingerência da CIA (p. 3). Se em grande parte do artigo o tom de objectividade jornalística impera, ele altera-se substancialmente na última parte, reservado para os paralelos entre o contexto chileno e português. Aqui a redacção assume laivos de grande emotividade, notando que a madrugada do dia 11 de Setembro de 1973 «não foi de cravos, quais corações a rebentar de contida

emoção»; e assinalando, de forma reveladora, uma ligação directa entre as duas configurações:

Como poderemos nós militares do 25 de Abril português, que nos revoltámos para libertar o povo e com ele estamos comungando a mesma alegria, compreender esta tragédia? [...] O que se passou no Chile diz respeito ao mundo inteiro. *Diz-nos respeito particularmente a nós, militares do 25 de Abril.* [...] O exemplo do Chile é terrificante. Mostra-nos como o mito do apoliticismo permite que Forças Armadas de sólida mas cega preparação profissional sejam facilmente conduzidos à traição. [...] Mostra-nos por outro lado, que existe um factor original e tranquilizante na situação portuguesa, que se chama movimento das Forças Armadas. (p. 4)

A comoção e o interesse na questão chilena são também produto da grande permeabilidade do MFA à atmosfera política da época. O primeiro aniversário do golpe militar do Chile tinha sido comemorado, semanas antes, com eventos de grande projecção e dimensão em Portugal —coroando o percurso ascendente que o tema chileno vinha conhecendo no processo revolucionário português, no início de Setembro de 1974 realizam-se comícios de solidariedade com o Chile por todo o país, contando com a participação de dirigentes destacados da Unidade Popular (agora exilados políticos), uma greve nacional de cinco minutos em apoio ao Chile aprovada em plenário da central sindical Intersindical, e até os jogos profissionais de futebol assinalam um minuto de silêncio.⁶

A história chilena recente constituiria para o MFA um *background* comparativo rico e diverso, em convergência ou divergência consoante o ângulo. Se por um lado as Forças Armadas chilenas se transformam no contraponto legitimador do MFA, com o contraste entre os dois conjuntos a favorecer largamente o lado português (o MFA como «factor original e tranquilizante em Portugal», quando cotejado com os resultados do «mito do apoliticismo» no Chile); por outro lado o contexto chileno oferece também pontos de contacto relevantes para compreender a situação política em Portugal e a magnitude dos seus problemas. Encontramos mais tarde,

6 *Diário de Lisboa*, edição de 9 de Setembro de 1974.

a título de exemplo, a notícia de uma campanha de dinamização do MFA numa escola preparatória da Moita, onde se introduz o problema habitacional em Portugal através de um conjunto de dispositivos sobre os bairros de lata no Chile, sendo o debate que segue à apresentação conduzido através da comparação entre as duas configurações.⁷

Já o Perú, desde 1968 conduzido por um governo militar instituído também por golpe militar,⁸ suscita entusiasmo junto dos redactores do *Boletim*. Sob a liderança do general Juan Velasco Alvarado, o Perú «embarca[ra] numa experiência nova, propondo soluções originais para os seus problemas»,⁹ o que originara o «modelo peruano». De entre as idiosincrasias do modelo, destacava-se um governo militar progressista que advogava a abolição dos privilégios instituídos na economia e sociedade peruanas —aprovando medidas contra a oligarquia económica, promovendo a reforma agrária, a participação dos trabalhadores na gestão das empresas, e a nacionalização de sectores estratégicos—, mas assumindo-se como um governo tão fortemente anti-imperialista como anti-comunista, enquadrando a sua acção como produto de uma tónica na soberania nacional.

O modelo peruano voltaria às páginas do *Boletim*, dada a admiração pelo modelo então ensaiado no Perú e à sua tentativa de se furtar aos sistemas ideológicos historicamente associados às medidas que aprova: «[A Junta Militar] [a]firma querer conduzir *e bem* uma revolução autêntica, nacional de inspiração humanista e solidarista. [...] Nem comunismo, nem socialismo, nem terceira via».¹⁰ À semelhança da primeira estrutura apresentada pelo MFA ao país, também no Perú os militares se apresentavam como “Junta”; se colocavam como vanguarda progressista do povo; convergiam na ambição de criar um modelo único, adaptado às características nacionais mas também ao orgulho nacional, tema particularmente caro às Forças Armadas. E também no Perú os militares tinham enfren-

7 *Movimento*, n.º 5 (26 Nov. 1974), 5.

8 O catalisador do golpe é a assinatura de um contrato entre o governo de Belaúnde Terry (também militar) e o trust norte-americano do petróleo, IPC. O acordo é desequilibradamente vantajoso para os EUA, o que gera muita contestação, e o único exemplar do polémico contrato desaparece misteriosamente. No seguimento do golpe militar de Alvarado, o trust petrolífero é nacionalizado.

9 *Movimento*, n.º 2 (3 Out. 1974), 4.

10 «Perú – Uma Revolução Original», *Movimento*, n.º 4 (12 Nov. 1974), 6–7.

tado o dilema da sua reinvenção: pode quem fez «tudo até aqui para assegurar o poder das classes dirigentes» tornar-se em «força agindo agora com autonomia»?¹¹ O interesse pelo Perú atravessaria também o PREC, atestado pela muita atenção que recebia na imprensa diária e semanal, onde o interesse não se direcciona apenas para as dinâmicas militares,¹² mas abrange outros sectores da «revolução peruana», como o desporto.¹³ Beatriz Bissio, redactora dos *Cadernos do Terceiro Mundo*¹⁴ que passa por Portugal em Abril de 1975, recorda em entrevista o convite endereçado a Neiva Moreira para proferir uma palestra na Base da Força Aérea em Aveiro, devido ao interesse suscitado pelo seu livro *O Modelo Peruano* junto dos militares. A plateia, segundo Bissio, estava sobrelotada.

Analisando o conjunto dos 25 números do *Boletim*, conclui-se que entre Setembro de 1974 e Agosto de 1975 os contextos do Terceiro Mundo dominam as referências a contextos internacionais, inquirindo a publicação sobre as diferentes soluções e estratégicas encontradas pelas diferentes *vias originais* de libertação nacional para os seus problemas e circunstâncias. A busca de inspiração para o «modelo português» é notória, verificando-se uma forte correlação entre as temáticas abordadas no *Boletim* e os assuntos que dominam a ordem do dia ao longo do processo revolucionário. A Argélia —«meca da revolução» (Amílcar Cabral) e «capital do Terceiro Mundo» (Elaine Mokhtefi)— tem destaque poucos dias depois de Melo Antunes regressar de Argel e declarar aos jornalistas, no aeroporto, que «o modelo económico argelino poderá servir de inspirar» a Portugal:¹⁵ no sexto número do *Boletim* (10 de Dezembro de 1974) dedicam-se duas páginas à «Revolução Argelina», onde se apresenta uma síntese histórica da colonização da Argélia, da guerra de libertação nacional da FLN e dos feitos da jovem república socialista argelina. Meses mais tardes, num momento em que os assalariados rurais do Sul de Portugal começam

11 Ibidem.

12 *Expresso*, edição de 15 de Março de 1975. Na capa, há uma referência à reportagem «O Modelo Peruano no Contexto das Forças Armadas» (pp. 18–19).

13 *Diário de Lisboa*, edição de 11 de Março de 1975. O artigo «Perú: Um Desporto Novo» encontra-se na página 21.

14 Revista Latino-Americana fundada em 1974, em Buenos Aires.

15 *O Século*, edição de 22 de Novembro de 1974.

a vaga de ocupações de latifúndios (Piçarra 2020) e os debates em torno da reforma agrária se intensificam, o décimo número do *Boletim* (11 de Fevereiro de 1975) traz uma matéria intitulada «Argélia: O Triunfo da Revolução Agrária», onde a aldeia socialista é apresentada como «a forja do homem argelino novo» e se debatem os desafios e soluções encontrados na Argélia para a questão da terra.¹⁶

A partir de Abril de 1975, quando começa a entrever-se a desagregação do MFA em facções, o *Boletim* conhece um giro drástico no seu estilo. Com um discurso mais rígido e marxista-leninizado, abundando doravante as alusões ao «socialismo científico» e ao seu conjunto de leis históricas, o *Boletim* deixa de ser um espaço aberto ao exercício da criatividade ideológica. No entanto, é curioso notar que, não obstante a aproximação à esfera soviética, as grandes referências internacionais do *Boletim* em matéria política e ideológica continuam a localizar-se no Terceiro Mundo, mas agora mais vocacionado para os lugares onde ele se intersecciona com o Segundo Mundo: «A Libertação do Vietname» (n.º 18, 20 de Maio de 1975, p. 8); transcrição de «Unidade e Luta», de Amílcar Cabral (n.º 19, 30 de Maio de 1975, p. 3); extractos do discurso de Fidel Castro pronunciado na IV Conferência dos Países Não-Alinhados em Argel em 1973 (n.º 20, 3 de Junho de 1975, p. 8); o artigo «Via Cubana e Socialismo Científico» (p. 3) e o discurso de Samora Machel aos intelectuais e revolucionários de Portugal (n.º 21, 17 de Junho de 1975, p. 8)

A emergência do discurso terceiro-mundista no PREC e as suas materializações

Como supramencionado, na primeira fase do processo revolucionário as (poucas) referências ao Terceiro Mundo que encontramos são indirectas, subordinadas ao seu eventual auxílio como mediador nas negociações com os movimentos de libertação africanos. A qualidade e frequência da interpelação ao Terceiro Mundo muda, contudo, à medida que o ano de 1974 se aproxima do fim, com o ciclo de radicalização aberto pelo 28 de Setembro —a que não são também alheios os rumores crescentes de

¹⁶ «Argélia: O Triunfo da Revolução Agrária», *Movimento*, n.º 10 (11 Fev. 1975), 6–8.

que a CIA se prepara para imiscuir nos assuntos de Portugal. A partir de Outubro de 1974, o Terceiro Mundo começa então a ser interpelado de forma directa, num momento em que a tese do não-alinhamento diplomático de Portugal — país fundador e membro da NATO — ganha força.

É por esta altura que os sinais de alarme tocam em Washington. «Gone out to lunch»¹⁷ quando acontece o 25 de Abril, os norte-americanos assim permanecem até aos acontecimentos de 28 de Setembro, quando parecem ter um primeiro vislumbre da magnitude do que se está a passar em Portugal.¹⁸ A missão dos EUA na ONU recebe então um relatório secreto assinado pelo subsecretário de Estado americano, Robert Ingersoll, a 30 de Setembro de 1974, advertindo que «a probabilidade de uma viragem para o não-alinhamento aumentou [...] testemunhamos o fenómeno sem precedentes de um Exército orientado à esquerda num país ocidental da NATO».¹⁹ Os EUA entravam agora, de forma definitiva, para o xadrez do PREC.

Com efeito, a evidência maior de que a orientação da política externa do MFA tinha mudado materializa-se no palco das Nações Unidas, cerca de duas semanas depois, a 17 de Outubro de 1974. Na sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU, convocada justamente para ouvir o novo presidente da República portuguesa, o general Costa Gomes declara triunfante que em Portugal «somos pela primeira vez independentes de blocos».²⁰ Na plateia a escutar o discurso está o embaixador dos EUA junto da ONU, John Scali, que nesse mesmo dia envia um telegrama para Kissinger a informar dos tópicos-chave do discurso, observando que Costa Gomes «colocou uma forte ênfase nos povos latinos e no Terceiro Mundo», sem «mencionar nem os Estados Unidos ou a Europa não-latina [...] nem os países socialistas». Scali acrescenta que «o esforço diligente [de Costa Go-

17 «When the revolution took place in Portugal the United States had “gone out to lunch”. We were completely surprised», Cord Meyer, chefe da missão da CIA em Lisboa (Abril de 1974). Citado em Maxwell 1995, 47.

18 Com efeito, o fracasso na apreciação dos acontecimentos levaria à substituição do então embaixador dos EUA em Lisboa, Stuart Nash Scott, por Frank Carlucci. Apesar de Carlucci ser nomeado oficialmente a 16 de Novembro de 1974, a decisão fora tomada logo em Outubro, no rescaldo do 28 de Setembro.

19 «Departamento de Estado para Missão dos EUA na ONU», 30 Set. 1974, 1974STATE214840 [secreto], National Archives and Records Administration (NARA; EUA).

20 «Discurso de Costa Gomes na ONU», 17 Out. 1974, Arquivos RTP.

mes] em cortejar o Terceiro Mundo foi *sem dúvida* calculado», da mesma forma que «a ausência de referências aos Estados Unidos saltou à vista».²¹

A tentacular máquina da diplomacia e da inteligência norte-americana, ao triangular informações com outras embaixadas e reportando centralmente ao Departamento de Estado, permite acompanhar pormenorizadamente a evolução da situação portuguesa em matéria do seu terceiro-mundismo, na medida em que os funcionários diplomáticos e da inteligência eram particularmente sensíveis às questões da política externa. O espanto e a confusão que não raras vezes pontuam os telegramas, originada pela dissociação entre as informações recolhidas sobre um dado militar que o classificam como moderado e as declarações políticas radicais que o encontram a proferir, sugerem também a magnitude dos processos de politização e radicalização em curso durante o PREC, que estão no seu cerne. Com efeito, a imprecisão não se deve tanto à debilidade das informações recorridas, mas à rapidez com que as classificações políticas e ideológicas mudam no PREC, propiciadas pela atmosfera ideológica do período.

Escassos dias após o discurso de Costa Gomes na ONU, o embaixador americano em Lisboa, Stuart Nash Scott, envia uma missiva para a missão americana na NATO e a várias embaixadas homólogas (Bona, Londres, Paris, Roma). Scott dá conta que o major Vítor Alves, ministro sem pasta do II Governo Provisório, se prepara para começar um périplo diplomático de onze dias pela Europa ocidental, recomendando uma «recepção calorosa [a Alves] e o máximo esforço para manter Alves e Portugal comprometidos com o Occidente». Alarmada com discursos recentes que clamam por uma aproximação ao Terceiro Mundo de forma indefinida, a embaixada receia que estes apelos remetam ou «para uma posição de intermediário entre o Terceiro Mundo e a Europa ou, mais perigoso, para a recusa de associação política e económica com a Europa».²² Semanas depois, a 7 de Novembro de 1974, Scott transmite a Costa Gomes um pedido do presidente Ford e de Kissinger, que sugerem a sua retirada da reunião

21 «De Nova Iorque para Secretário de Estado», 17 Out. 1974, 1974USUNNo4181 [uso oficial limitado], NARA. O itálico é meu.

22 «De Lisboa para Embaixadas de Roma, Paris, Londres e Bona e para Missão dos EUA na NATO», 24 Out. 1974, 1974LISBONo4618 [confidencial], NARA.

do grupo de planeamento nuclear da NATO em Roma, a que Costa Gomes acede (Sá 2007, 172).

A tese da aproximação de Portugal ao Terceiro Mundo começa então a inscrever-se na paisagem política da época, secundada pelo enquadramento crescente dos problemas económicos e sociais de Portugal como da ordem do sub-desenvolvimento. De forma particularmente reveladora, recupera-se no quinto número de *Movimento* (26 de Novembro de 1974) o discurso que Melo Antunes, que participa activamente nas negociações para a descolonização, proferiu nos Acordos de Lusaca no início de Setembro de 1974.²³ Neste discurso, Antunes afirmava ser tempo de «abrir amplamente as vias que aproximam [Portugal] do chamado Terceiro Mundo»;²⁴ no editorial do número seguinte (o sexto número, de 10 de Dezembro de 1974), afirma-se já que a futura constituição do país deve ser um «diploma legal adaptado à circunstância de [Portugal ser] *um país ao mesmo tempo da Europa e do Terceiro Mundo*, país com uma problemática resultante dessa situação de fronteira entre dois mundos».

Quatro dias depois, a 14 de Dezembro de 1974, o secretário geral do PS, Mário Soares, discursa no Primeiro Congresso Nacional do partido. Aqui, Soares declara que Portugal, não obstante ser um «país europeu, situado no Atlântico [...] deixou fundas raízes em África [...] e pelo seu próprio sub-desenvolvimento e vocação é naturalmente um país próximo e associado ao Terceiro Mundo», excerto que é prontamente aplaudido.²⁵ Dada a identificação total de Mário Soares com os homólogos socialistas da Europa ocidental no início do processo revolucionário, e o facto de logo em 1976 o grande slogan do PS às legislativas ser «A Europa conosco!», esta passagem do discurso pode ser interpretada como uma imposição das bases do partido ao discurso do secretário-geral —coisa que, de resto, fazem também com a questão de não-alinhamento de Portugal, tese que ganha na discussão do programa na conferência nacional e que vincula o PS a prosseguir uma política de equidistância geopolítica das duas superpotências.

23 Acordo entre a FRELIMO e as autoridades portuguesas onde se reconhece a independência de Moçambique; encontro realizado a 7 de Setembro de 1974, em Lusaca (capital da Zâmbia).

24 *Movimento*, n.º 5 (26 Nov. 1974), 4.

25 «1º Congresso Nacional do PS», 14 Dez. 1974, Arquivos RTP.

O ano 1975 começa sob os auspícios de um processo revolucionário que intensifica os intercâmbios políticos, culturais, e militares com o Sul Global. Logo a 4 de Janeiro, inaugura no Palácio Foz uma exposição comemorativa do XVI Aniversário da Revolução Cubana, organizada pela FNAT em colaboração com o Ministério da Comunicação Social e com a Associação de Amizade Portugal–Cuba. No contexto das comemorações, que contarão também com uma semana do cinema cubano, chegará a Portugal a actriz cubana Eslinda Nuñez, entrevistada para a RTP sobre os direitos da mulher cubana depois da Revolução.²⁶ Procura-se no intercâmbio com Cuba «uma lição possível para nós: mostrar como um pequeno país, explorado pelo imperialismo pode transformar-se, em poucos anos de duro trabalho, numa terra para todos com pão, paz e liberdade, seguindo, claro, a via socialista».²⁷ Por estes dias passa também por Portugal Elba Vergara, exilada chilena que chega a convite do clube de teatro do Atlético Clube de Campolide, para a estreia de *Fulgor e Morte de Joaquim Murieta*, de Pablo Neruda.²⁸ E na cimeira do Alvor, onde os representantes do governo português e dos três movimentos de libertação de Angola (MPLA, FNLA e UNITA) negociam os contornos da entrega de poder, assinam-se os acordos de independência de Angola a 11 de janeiro de 1975. Dias antes, no Hotel Penina, onde acontece a cimeira, Agostinho Neto denominara o MFA como «o quarto movimento de libertação» presente.²⁹

Por estes dias, encontra-se também consagrada como meta política e ideológica da revolução a criação da *via original portuguesa*, intensificando-se os debates em torno das questões fundamentais que ocorrem desde meados de 1974: que lugar para as Forças Armadas no futuro arranjo político-institucional, voltar aos quartéis ou institucionalizar-se como actor político? Que papel para os partidos políticos e para a participação popular? Que peso atribuir à iniciativa privada, e em que equilíbrio com o Estado? Quem devem ser os interlocutores privilegiados em matéria externa? A partir das respostas colectivas encontradas no decorrer do processo a estas perguntas, assim corria o argumento, seria construí-

26 «Uma Mulher de Cuba», 8 Fev. 1975, Arquivos RTP.

27 Cf. página 6 da edição de 4 de Janeiro de 1975 de *Diário de Lisboa*.

28 «Entrevista a Elba Vergara», 10 Jan. 1975, Arquivos RTP.

29 Capa do *Diário de Lisboa*, edição de 15 janeiro de 1975.

do o modelo original português, com a ambição de superar as falhas e as contradições do modelo de democracia liberal característico do eixo ocidental e das repúblicas populares soviéticas. A gravitação em torno do universo terceiro-mundista do processo português é, em larga medida, subsidiária desse desejo de contornar enunciados simplistas sobre a conquista da democracia e da igualdade, procurando uma *terceira via* na síntese das diferentes sensibilidades revolucionárias presentes no PREC.

O 11 de Março de 1975 —outro golpe fracassado (Noronha 2016)— mudaria irreversivelmente o curso do processo revolucionário. Propiciando a abertura de um novo ciclo de radicalização, o processo atingiria aqui o pico da sua radicalidade com a confirmação da opção socialista da revolução, o impulsionar definitivo da reforma agrária nos campos do Sul, a nacionalização da banca e dos seguros e com a institucionalização do poder político-militar do MFA no Conselho da Revolução, criado poucos dias depois. As dinâmicas postas em marcha nessa nova fase, todavia, abrirão brechas na precária unidade do MFA que a médio prazo se revelarão fatais, brechas que a um tempo emulam e precipitam as divisões irreversíveis que se abrem no conjunto do processo revolucionário.

De certa forma, a história do terceiro-mundismo no PREC apresenta alguma autonomia face aos desenvolvimentos internos do PREC, na medida em que, se o MFA se encaminha a partir de agora para a sua fragmentação irreversível em facções, este é também o período em que a via terceiro-mundista se banaliza na gramática da revolução. E fá-lo a diferentes níveis, ao ser concebida simultaneamente com uma corrente dentro do processo revolucionário associada a militares particulares (como Melo Antunes³⁰ e mais tarde Otel Saraiva de Carvalho e Rosa Coutinho), e como uma lente de compreensão da realidade portuguesa em trânsito externo e interno. A aproximação ao Terceiro Mundo servia a um tempo como alternativa em matéria de política externa, como interlocutor ideológico do modelo original português, e ainda como esteira de problematização da própria identidade portuguesa no mundo, que na ruptura abrupta

30 Na edição de 9 de Março de 1975, o *Diário de Lisboa* qualifica Melo Antunes como «um dos mais pertinazes defensores de um via original portuguesa para o socialismo, que aproximaria o nossos País de certas soluções políticas encontradas no Terceiro Mundo e especialmente na Argélia» (p. 24).

com a narrativa do Estado Novo deixava espaço à possibilidade de uma reconfiguração totalizante: seria Portugal um país do Terceiro Mundo?

O capitão João Rosa parece sugerir que sim, quando em 26 de Março de 1975 é recebido em Washington na qualidade de elo de ligação da Rádio Free Europe em solo português. A Rádio Free Europe —«organização anti-comunista fundada nos EUA em 1949 [...] destinad[a] à difusão de emissões radiofónicas para os países da Cortina de Ferro» (Herdeiro 2021)— tinha um centro de transmissão (RARET) na pequena aldeia de Glória do Ribatejo financiado pela CIA. Nesta reunião, o capitão João Rosa surpreende os seus interlocutores americanos ao afirmar que «Portugal é [um país] apenas *tecnicamente europeu* e que vai procurar amigos no Terceiro Mundo», acrescentando que Portugal não queria integrar nenhuma aliança e que, caso um futuro governo eleito decidisse pela retirada de Portugal da NATO, a sua previsão era de que o MFA não se iria opor. Kissinger escreve para as embaixadas de Lisboa, Madrid e todas as capitais da NATO a dar conta da reunião, acrescentando uma nota de espanto pela incongruência das informações do Departamento de Estado sobre Rosa, «que nos deram a impressão de que seria um moderado [...] contudo algumas das suas declarações durante a vida sugerem-no mais como um idealista dedicado, mas equivocado». ³¹

Do mesmo modo, encontramos agora o universo semântico de Terceiro Mundo a providenciar as categorias de inteligibilidade do processo revolucionário português, difundindo-se globalmente o seu uso. Escrevendo do Consulado de Maputo sobre a visita dos capitães do MFA Melo Antunes e Vítor Crespo a Dar-es-Salaam, onde se encontram com uma delegação moçambicana, Walker classifica-os como aparentando integrar o grupo de «líderes do Conselho da Revolução do chamado campo terceiro-mundista, que vêm Portugal como uma nação em desenvolvimento cujo interesse maior reside no Terceiro Mundo [...] provavelmente partilhando a visão de que a política doméstica portuguesa devia inspirar-se em exemplos do socialismo terceiro-mundista, como o caso da Tanzânia de Nyerere». ³²

31 «De Secretário de Estado para Embaixadas de Lisboa, Madrid e Todas as Capitais da NATO», 26 Mar. 1975, 1975STATE068999 [confidencial], NARA. O itálico é meu.

32 «De Maputo para Departamento de Estado», 31 Mar. 1975, 1975LOUREN00341[uso oficial limitado], NARA.

Em meados de 1975, o almirante Rosa Coutinho —membro original da Junta de Salvação Nacional em representação da Armada, agora membro do Conselho da Revolução— começa a ganhar proeminência no MFA, com alguns observadores a colocá-lo na corrida a primeiro-ministro. É esta visão que Adelino Amaro da Costa e outros líderes do CDS partilham com Carlucci, a 17 de Abril de 1974. O CDS (Centro Democrata Social) era o partido da democracia cristão que então encerrada o espectro político português à direita, cuja ilegalização chegou a estar iminente mais do que uma vez. A Carlucci, os líderes do CDS explicam a localização político-ideológica de Coutinho no xadrez do Conselho da Revolução e justificam a sua preferência por ele, numa eventual candidatura ao cargo de primeiro-ministro. Ao contrário de Vasco Gonçalves, à época primeiro-ministro e cada vez mais associado ao PCP, Coutinho era «socialista, mas decididamente anti-comunista»; e, ao contrário de Melo Antunes, Coutinho «não esta[va] *enamorado com o mito do Terceiro Mundo*». Curiosamente, Amaro da Costa, para ilustrar a personalidade de Coutinho a Carlucci, «compara-o ao presidente peruano Alvarado». ³³ Não obstante as apreciações dos líderes da direita portuguesa, a breve trecho Roca Coutinho tornar-se-á num dos expoentes desse deslumbramento com o imaginário terceiro-mundista, afirmando que o Conselho Revolucionário «toma as suas decisões privilegiando o modelo do consenso como exercido pelas tribos africanas, prática que os membros do MFA absorveram da sua longa experiência em África»; ³⁴ e chegando mesmo a participar como representante português convidado no V Encontro dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Países Não-Alinhados, entre 25–30 Agosto de 1975 em Lima (Perú), onde afirma que o coração de Portugal, apesar da pertença à NATO, estava com os países do Terceiro Mundo. ³⁵

Em paralelo, o MFA continua na sua jornada de contacto com outras experiências revolucionárias. Em Abril de 1975, uma delegação do MFA vai a Cuba passar o primeiro aniversário da revolução portuguesa, desti-

33 «De Lisboa para Secretário de Estado e Embaixadas de Londres, Madrid, Paris», 17 Abr. 1975, 1975LISBONo2228 [confidencial], NARA.

34 «De Lisboa para Secretário de Estado e Embaixadas de Londres, Bona, Madrid, Moscovo, Paris, Estocolmo, NATO», 3 Jul. 1975, 975LISBONo3748 [confidencial], NARA.

35 *Cadernos do Terceiro Mundo* [edição espanhola], n.º 6 (Set. 1975), 60.

nando a semana de visita a observar 1) a metodologia e a prática da formação ideológica das Forças Armadas cubanas e 2) a organização popular para a defesa revolucionária. Diante de uma plateia cheia no Centro de Sociologia Militar, a delegação do MFA entretanto regressada partilha que «com emoção, verific[ou] o interesse [...] nas cidades e nos campos que toda a gente possui do que se passa em Portugal e no mundo», e o destaque que Portugal recebe no grandioso desfile do 1º de Maio cubano, onde só perde em visibilidade para o Vietname, que acaba de derrotar os Estados Unidos da América (a queda de Saigão acontece a 30 de Abril de 1975). No mesmo Centro de Sociologia Militar, um conjunto de cursos e colóquios são organizados para a formação teórica dos militares do MFA, por onde passam Jean-Paul Sartre, Márcio Moreia Alves, exilado político brasileiro, e Gabriel García Márquez, escritor colombiano (*Livro Branco da 5a Divisão: 1974–1975* 1984).

O universo vasto e disperso de gestos terceiro-mundistas do processo revolucionário português, de que aqui foram mencionados apenas alguns exemplos, tem a sua consagração no Plano de Acção Política, aprovado pelo Conselho da Revolução a 21 de Junho de 1975. Tentativa última de congregar as diferentes tendências do MFA e de clarificar o rumo da revolução (Rezola 2012), o documento leva mais longe o decalque das formas terceiro-mundistas para o contexto português, ao declarar o MFA como um «movimento de libertação». Assim, pode ler-se na abertura do Plano que

1.1 O M.F.A. é o *movimento de libertação* do povo português, suprapartidário, que define como seu objectivo essencial o da *independência nacional*.

O M.F.A. reconhece que essa independência nacional passa por um processo de *descolonização interna*, a qual só se conseguirá através da construção de uma sociedade socialista. (Neves 1975, II: 17)

Mais adiante, na secção política externa, se afirma que Portugal «seguirá uma estratégia de abertura a todos os países do mundo [...] sentindo vocação histórica para elo de ligação entre os povos europeus e os dos países do Terceiro Mundo, em especial com os povos irmãos de expressão portuguesa». Vasco Lourenço, outro dos capitães que integra o Conselho da Revolução, partilhou com a historiadora Maria Inácia Rezola a polémica

gerada à época pela definição do MFA como «movimento de libertação», que Rosa Coutinho afirma ainda ter sido uma das condições para Otelo Saraiva de Carvalho assinar o documento (Rezola 2012). De qualquer forma, o gesto reflecte a trajetória de aproximação ao Terceiro Mundo que foi sendo descrita pelos militares do MFA ao longo de 1974–1975, simultaneamente como produto e produtor do curso de radicalização do processo revolucionário português.

O Plano de Acção Política marca o início do Verão de 1975, que ficaria conhecido como “Verão Quente”. Marcado pelas reacções populares anti-comunistas de grande violência a norte (Palacios Cerezales 2003) e a radicalização do movimento operário, dos assalariados e das comissões de moradores a Sul, a guerra civil pairou ao longo de todo o Verão. A queda do V Governo Provisório, último liderado por Vasco Gonçalves, a 19 de Setembro de 1975, é o primeiro travão às dinâmicas revolucionárias. A facção político-militar associada à ala mais radical do processo revolucionário, e que será definitivamente derrotada a 25 de Novembro de 1975, prossegue com a sua linha terceiro-mundista. Otelo Saraiva de Carvalho lamentar-se-á no final de Setembro de 1975, no *Diário Popular*, que «podia ter sido o Fidel Castro da Europa».³⁶ Mas também a facção que é tida por vencedora —o Grupo dos Nove, com Melo Antunes à cabeça, cuja acção encaminha Portugal para a confirmação de uma democracia de tipo liberal ocidental— recusava no seu *Documento dos Nove* tanto o «modelo e sociedade socialista tipo europeu oriental» como o «modelo de sociedade social-democrata em vigor em muitos países da Europa Ocidental» (Neves 1975, II: 98–103). Até ao ocaso do processo revolucionário em curso, a terceira via portuguesa continuou a ser o paradigma das diferentes facções político-militares em que se fragmentara o MFA.

Conclusão

Neste ensaio pretendeu-se mapear a trajetória de aproximação do Terceiro Mundo dos militares do MFA no contexto da revolução portuguesa de 1974–1975, mobilizando diferentes arquivos. Foi assim possível ilustrar

³⁶ *Diário Popular*, edição de 30 de Setembro de 1975.

como o ritmo desta aproximação ao Terceiro Mundo correu paralelo ao ritmo de radicalização do processo revolucionário português, sendo duas dinâmicas que se reforçam e alimentam mutuamente.

Numa primeira fase, que se estende até ao fim do Verão de 1974, as referências ao Terceiro Mundo são escassas e indirectas, ainda que dois contextos percecionados como terceiro-mundistas deixem uma marca indelével na paisagem política da revolução: a questão da descolonização e das independências das colónias portuguesas em África, e o paralelo com a história recente do Chile. Num segundo momento do processo revolucionário, aberto pela derrota da tentativa de golpe do 28 de Setembro, as referências ao Terceiro Mundo tornam-se mais frequentes e explícitas.

Consolidada que está a percepção de que o 25 de Abril desencadeara um processo revolucionário, os militares do MFA —que recebem um protagonismo político inesperado, decorrente do prestígio granjeado pelo derrube do regime— vão à procura de outros modelos revolucionários que possam ajudar a definir o modelo português. Sem um universo político claramente demarcado ou uma tradição ideológica em que se inscrevam, o MFA constituir-se-á como actor político em diálogo com as experiências revolucionárias mais criativas da história mundial recente, localizadas no Terceiro Mundo. De igual forma, é também no Sul Global que encontram os interlocutores para fazer a sua história na qualidade de Forças Armadas progressistas, que se colocam como vanguarda do povo. Neste sentido, a 5^a Divisão do EMGFA começa a publicar um boletim (o chamado *Boletim do MFA*) destinado à formação teórica e ideológica dos militares, onde são publicadas análises da história recente do Chile, Perú e Argélia, entre outras.

A partir de 1975, a retórica terceiro-mundista cristaliza-se nos esquemas de entendimento da revolução portuguesa, tanto para dentro como para fora. Como observado nos Kissinger Cables, o universo semântico de Terceiro Mundo providencia algumas das categorias fulcrais para a leitura dos acontecimentos políticos, tanto da parte dos agentes americanos como dos actores políticos portugueses, que mobilizam estas categorias para produzir discurso sobre a revolução e sobre si. A consagração apoteótica deste vasto universo de gestos terceiro-mundistas do PREC seria inscrita no Plano de Acção Política aprovado pelo Conselho da Revolu-

ção a 21 de Junho de 1975, onde se declara o MFA um «movimento de libertação nacional».

Pelo protagonismo político que o MFA assume no PREC, e observando o grau de influência das formas terceiro-mundistas na praxis política dos militares, é sem surpresa que identificamos a influência terceiro-mundista em alguns dos grandes tropos ideológicos da revolução portuguesa: na via original para o socialismo ou terceira via, na tónica na independência nacional, e na ascensão do não-alinhamento diplomático como tese hegemónica na política externa.

Bibliografia

- Araújo, António Carlos Candeias de. 2011. «A Oposição Católica no Marcelismo: o Caso da Capela do Rato». Tese de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8527>.
- Bandeira, Antonio Rangel. 1976. «The Portuguese Armed Forces Movement: Historical Antecedents, Professional Demands, and Class Conflict». *Politics & Society* 6 (1): 1–56.
- Bebiano, Rui. 2002. «As Esquerdas e a Oposição à Guerra Colonial, A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção». Em Rui de Azevedo Teixeira, ed., *Actas do II Congresso sobre a Guerra Colonial*, 293–310. Lisboa: Editorial Notícias.
- Cardina, Miguel, e Bruno Sena Martins. 2018. *As Voltas do Passado: a Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*. Lisboa: Tinta da China.
- Correia, Pedro. 2006. «Quando o Fantasma do Golpe Chileno Pairava na Esquerda Portuguesa». *Diário de Notícias*, 11 dez.
- Ferreira, Ana Sofia de Matos. 2015. «Luta Armada em Portugal (1970–1974)». Tese de doutoramento, NOVA FCSH. <https://run.unl.pt/handle/10362/16326>.
- Ferreira, José Medeiros. 2004. «O 25 de Abril no Contexto Internacional». *Estudos Políticos* 2: 143–58.
- Ferreira, Medeiros. 1983. *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril: o Período Pré-Constitucional*. Temas Portugueses. Lisboa: Imp. Nac.-Casa da Moeda / Secret. Reg. da Educação e Cultura.
- Gruffydd Jones, Branwen. 2020. «Race, Culture and Liberation: African Anticolonial Thought and Practice in the Time of Decolonisation». *The International History Review* 42 (6): 1238–1256. <https://doi.org/10.1080/07075332.2019.1695138>.
- Herdeiro, Vitor Madail. 2021. *RARET: a Guerra Fria Combatida a partir da Charneca Ribatejana*. Lisboa: Edições 70.
- Kalter, Christoph. 2017. «From Global to Local and Back: The “Third World” Concept and the New Radical Left in France». *Journal of Global History* 12 (1): 115–136. <https://doi.org/10.1017/S174002281600036X>.

- Livro branco da 5a divisão: 1974–75*. 1984. Lisboa: Ler.
- Maxwell, Kenneth. 1995. *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Neves, Orlando, ed. 1975. *A Revolução em Ruptura. Textos Históricos da Revolução*. Vol. II. Lisboa: Diabril.
- Noronha, Ricardo. 2016. «Anatomia de um Golpe de Estado Fracassado: 11 de Março de 1975». *Ler História* 69 (Dez.): 71–87. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2487>.
- Palacios Cerezales, Diego. 2003. *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Ações Colectivas na Revolução Portuguesa 1974–1975*. Estudos e Investigações. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Piçarra, Constantino Manuel. 2020. «O Impacto Político, Económico e Social da Reforma Agrária nos campos do Sul de Portugal, 1975–1977». *Investigaciones Históricas. Época Moderna y Contemporánea* 40 (Nov.): 57–84. <https://doi.org/10.24197/ihemc.40.2020.57-84>.
- Randall, Vicky. 2004. «Using and Abusing the Concept of the Third World: Geopolitics and the Comparative Political Study of Development and Underdevelopment». *Third World Quarterly* 25 (1): 41–53. <https://doi.org/10.1080/0143659042000185327>.
- Rezola, Maria Inácia. 2007. *25 de Abril – Mitos de Uma Revolução*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- . 2012. «Um Projeto Alternativo de Esquerda». *Ler História* 63 (Set.): 33–48. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.344>.
- Rosas, Fernando. 2023. «Prefácio». Em Miguel Ángel Pérez Suárez, *Abaixo a Exploração Capitalista! Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974–1975)*, 12–21. Lisboa: Livraria Tigre de Papel.
- Sá, Tiago Moreira de. 2007. «Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa: as Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal (1974–1976)». Tese de doutoramento, NOVA FCSH. <https://run.unl.pt/handle/10362/3761>.
- Tomlinson, B. R. 2003. «What Was the Third World?». *Journal of Contemporary History* 38 (2): 307–321.
- Westad, Odd. 2011. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Woollacott, John. 1983. «A Luta pela Libertação Nacional na Guiné-Bissau e a Revolução em Portugal». *Análise Social* 19: 1131–1155.



This work is subject to a [Creative Commons Attribution 4.0 International Public License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).